

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.382.529 - DF (2018/0271018-2)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : GUSTAVO ASSIS DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - DF018489
AGRAVADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo DISTRITO FEDERAL contra decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que não admitiu recurso especial fundado na alínea "a" do permissivo constitucional e que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 192):

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EDUCAÇÃO. ESCOLA PÚBLICA. INSTALAÇÕES EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS.

I. É dever do Estado promover com primazia a educação de crianças em ambiente adequado e seguro, de modo a preservar a incolumidade física dos alunos.

II. Em situações excepcionais, cabe ao Poder Judiciário determinar ao Poder Executivo a implementação de políticas públicas para garantir a observância de direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal, a exemplo do acesso à educação.

III. Deu-se provimento ao recurso.

No especial obstaculizado, a parte ora agravante aponta violação do art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente e do art. 22 da Lei n. 9.394/1996 e sustenta que "o atendimento do pleito do autor implicaria na negativa de tantos outros, quiçá em situações mais graves, criando para o poder público a trágica tarefa de realizar escolhas diante da escassez de recursos para a plena efetivação de todos aos direitos fundamentais simultaneamente" (e-STJ fl. 218).

Depois de contra-arrazoado (e-STJ fls. 239/246), o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de que é incabível o recurso especial contra acórdão com fundamento eminentemente constitucional (e-STJ fls. 260/262).

Na presente irresignação, o agravante alega, em resumo, que o recurso obstado atende aos pressupostos de admissibilidade e, ao final, reitera os argumentos anteriormente expendidos.

Contraminuta às e-STJ fls. 274/276.

Em parecer (e-STJ fls. 295/298), o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do agravo em recurso especial.

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que "aos recursos interpostos com

fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

Considerado isso, verifico que a irresignação recursal não merece prosperar.

A leitura do acórdão combatido demonstra que o Tribunal *a quo* decidiu a controvérsia à luz de fundamentos eminentemente constitucionais – arts. 6º, *caput*, 205 e 227 da CF/1988 – cujo exame compete, tão somente, ao Supremo Tribunal Federal por meio de recurso extraordinário (e-STJ fls. 190/209).

Assim, dada a incompetência desta Corte para a revisão da matéria, o apelo extremo manejado revela-se manifestamente inadmissível. Nesse sentido, consulte-se o AgRg no REsp n. 1.455.859/PR, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 30/06/2016 e AgRg no REsp n. 1.576.158/DF, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 05/09/2016.

Reporto-me, também, ao bem lançado parecer ministerial, às e-STJ fls. 295/298.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, “a”, do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator